



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE GEOLOGIA E ENGENHARIA DE MINAS

Reunião Ordinária nº	440
Decisão CAGE/SP nº	148/2018
Referência:	Processo nº F-249/2010
Interessado(a):	CASCALHO - EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA, CASCALHO E ARGILA LTDA

EMENTA: REQUER REGISTRO

DECISÃO

A Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas reunida em São Paulo no dia 5 de novembro de 2018, apreciando o processo **F-249/2010**, da pessoa jurídica *Cascalho – Extração e Comércio de Areia, Cascalho e Argila Ltda.*, encaminhado à Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas - CAGE para manifestação quanto à indicação do TÉCNICO EM MINERAÇÃO JOSÉ SOLON RODRIGUES DA SILVA, CREA/SP Nº 5069452218, como seu RESPONSÁVEL TÉCNICO da empresa CASCALHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA ARGILA LTDA., considerando constar dos autos: - O horário de trabalho do referido profissional, às segundas feiras das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, com REMUNERAÇÃO MENSAL de R\$ 937,00; - Fls. 91 e 92 - INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, entre a Interessada e o Responsável Técnico; - Constar às fls. 93, a ART Nº 28027230172849303, de Cargo ou Função, Registrada pelo profissional acima referido; - Fls. 94 - DECLARAÇÃO do citado profissional, indicando as atividades que desenvolverá na empresa Interessada; - Fls. 95 - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA da empresa CASCALHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA, CASCALHO ARGILA LTDA., no sentido de ESTAR CIENTE de que o Técnico em Mineração José Solon Rodrigues da Silva assume a Responsabilidade Técnica da CASCALHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA, CASCALHO ARGILA LTDA; - Fls. 97 - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA da *Empresa de Mineração e Indústria de Artefatos de Cimento JBS Ltda.*, quanto a ESTAR CIENTE de que o profissional acima referido pretende assumir a Responsabilidade Técnica da empresa CASCALHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA, CASCALHO ARGILA LTDA.; - Fls. 99 - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA da empresa EXTRAÇÃO DE AREIA TABOÃO LTDA quanto a ESTAR CIENTE de que o citado profissional pretende assumir a Responsabilidade Técnica da empresa CASCALHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA, CASCALHO ARGILA LTDA.; - Fls. 102 - Informações de arquivo *Resumo de Empresa* da EMPRESA DE MINERAÇÃO - IND. DE ARTEF. DE CIMENTO JBS LTDA.; - Fls. 103 - Informações de arquivo *Resumo de Empresa* da empresa EXTRAÇÃO DE AREIA TABOÃO LTDA.; - Fls. 104 - Informações de arquivo *Resumo de Empresa* da empresa CASCALHO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA, CASCALHO E ARGILA LTDA. EPP; - Fls. 105 - Informações de arquivo *Resumo de Profissional* do profissional *José Solon Rodrigues da Silva*, Técnico em Mineração, CREA/SP Nº 5069452218, verificando-se que ele possui as atribuições "do artigo 04 combinado com o artigo 06 da Resolução 278, de 27.05.83 do CONFEA"; - Fls. 107 e 108 - Que o citado profissional é TÉCNICO EM MINERAÇÃO formado pelo "INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAIBA", no primeiro semestre de 2014; - Fls. 106 verso - Despacho do Chefe da UGI-Campinas, datado de 12/01/2017, contendo encaminhamento do processo à CAGE, para análise; - Tratar-se de terceira indicação do Técnico em Mineração José



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Solon Rodrigues da Silva, agora para ser anotado como Responsável Técnico pela empresa *Cascalho - Extração e Comércio de Areia, Cascalho e Argila LTDA.*; - Que a atribuição do profissional como Técnico de Mineração está definida pelo Decreto Federal 90.922 de 08/02/1985, circunscrita ao âmbito da modalidade cursada; - As LEIS FEDERAIS Nº(s) 5194/1966 e 6839/1980; - Os artigos 3º, 4º e 5º do DECRETO FEDERAL 90922/1985; - Os artigos 1º, 8º, 9º, 13 e 18 da RESOLUÇÃO Nº 336/1989 do CONFEA; - A RESOLUÇÃO Nº 417/1998 do CONFEA; - As INSTRUÇÕES Nº(s) 2141/1991, 2203/1993 e 2234/1994 do CREA-SP; - As demais informações constantes no processo; - Constar do objetivo social da interessada a extração e comércio de areia, pedras, cascalho e argila.; - Que a formação de Técnico em Mineração não apresenta, *a priori*, base curricular para que o mesmo tenha a função de assumir só e integralmente essa responsabilidade técnica, uma vez tratar-se de atividade não mencionada na Lei 5.524/68, a qual regulamenta as atribuições profissionais do Técnico em Mineração, tampouco no Decreto nº 90.922/85 que regulou esta Lei; **DECIDIU:** Aprovar o parecer do Conselheiro relator Ricardo Cabral de Azevedo, pela aprovação do pedido de anotação do técnico em Mineração José Solon Rodrigues da Silva como Responsável Técnico da interessada, para desenvolver atividades do objetivo social exclusivamente como Técnico em Mineração, devendo-se notificar a interessada a proceder à indicação de profissional legalmente habilitado para responsabilizar-se pelas atividades relacionadas à Engenharia de Minas. Coordenou a reunião o conselheiro Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira. Votaram favoravelmente os conselheiros Eng. Minas Alexandre Sayeg Freire, Geólogo Daniel Cardoso, Geólogo Edilson Pissato, Eng. Minas Ricardo Cabral de Azevedo, Geólogo Sebastião Gomes de Carvalho e o OGeólogo Ronaldo Malheiros Figueira.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 20 de dezembro de 2018.

Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira
Creasp nº 0601882960
Coordenador da CAGE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE GEOLOGIA E ENGENHARIA DE MINAS

Reunião Ordinária nº	440
Decisão CAGE/SP nº	149/2018
Referência:	Processo nº F-4821/2017
Interessado(a):	PORTO CERCADINHO LTDA - ME

EMENTA: **REQUER REGISTRO**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas reunida em São Paulo no dia 5 de novembro de 2018, apreciando o processo F-4821/2017 da pessoa jurídica *Porto Cercadinho Ltda. - ME*, encaminhado à CAGE para manifestação quanto à indicação do GEÓLOGO MARCO AURÉLIO DA SILVA CARVALHO, CREA/SP Nº 0600770819, como RESPONSÁVEL TÉCNICO, sendo seu horário de trabalho Terça-Feira das 7:00 às 15:00 horas, e Quarta-Feira das 7:00 às 11:00 horas, perfazendo, 12 (doze) horas semanais, com REMUNERAÇÃO de R\$ 5.874,00 (fls. 02 e verso), e considerando constar do processo: - Fls. 33 a 37 - "ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA" da empresa "PORTO CERCADINHO LTDA. ME", em cuja Cláusula 3ª, tem por OBJETIVO SOCIAL a "EXTRAÇÃO DE AREIA, PEDRAS E MATERIAIS EM BRUTO PARA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS EM GERAL, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL"; - Fls. 38 - Portaria Nº 87 do Ministério das Minas e Energia, concernente a "Concessão para Lavrar AREIA nos Municípios de Aguaí e Casa Branca"; - Fls. 39 a 41 - "Licença de Operação", concedida à interessada pela CETESB; - Fls. 41 - DECLARAÇÃO da empresa GEOARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERFURAÇÃO DE POÇOS LTDA., quanto a ESTAR CIENTE de que seu Responsável Técnico, Geólogo Marco Aurélio da Silva Carvalho, CREA/SP Nº 0600770819, assumirá, também, a Responsabilidade Técnica da empresa PORTO CERCADINHO LTDA.; - Fls. 43 - DECLARAÇÃO do citado profissional de que, na empresa PORTO CERCADINHO LTDA.-ME exercerá suas atividades profissionais nas áreas de pesquisa mineral, controle de produção e controle ambiental; - Fls. 44 - "CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO" entre o citado profissional e a empresa interessada; - Fls. 45 - ART Nº 28027230172720218 de *Cargo ou Função*, do Geólogo Marco Aurélio da Silva Carvalho, Responsável Técnico indicado pela Interessada; Fls. 46 - Comprovante de pagamento da taxa devida; - Fls. 47 - Informações de arquivo *Resumo de Empresa* da interessada; - Fls. 48 - Informações de arquivo *Resumo de Profissional* do Responsável Técnico indicado pela interessada; - Fls. 49 - CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA da interessada emitida pelo Crea-SP; - Despacho do Chefe da UGI Pirassununga, datado de 05/12/2017, com encaminhamento do processo à CAGE para análise; - As LEIS FEDERAIS Nº(s) 5194/1966 e 6839/1980; - Os artigos 4º e 6º da LEI FEDERAL 4076/1962; - Os Artigos 1º, 8º, 9º, 13 e 18 da RESOLUÇÃO Nº 336/1989 do CONFEA; - As INSTRUÇÕES Nº(s) 2141/1991, 2203/1993 e 2234/1994 do CREA-SP; - As demais informações constantes no processo; **DECIDIU:** Aprovar o parecer do relator, Conselheiro Ricardo Cabral de Azevedo, conforme segue: 1 - Pela aprovação da anotação do Geólogo Marco Aurélio da Silva Carvalho como Responsável Técnico da interessada, para as atividades do objetivo social exclusivamente na área de Geologia; 2- Pela notificação à interessada, para indicação de profissional legalmente habilitado para responsabilizar-se pelas atividades relacionadas à Engenharia de Minas, com a observação de que o profissional poderá



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

requerer ao CREA na qual se encontra registrado, a *extensão* de atribuição profissional, com base na Resolução nº 1073/2016 do Confea. Coordenou a reunião o conselheiro Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira. Votaram favoravelmente os conselheiros Eng. Minas Alexandre Sayeg Freire, Geólogo Daniel Cardoso, Geólogo Edilson Pissato, Eng. Minas Ricardo Cabral de Azevedo, Geólogo Sebastião Gomes de Carvalho e o Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 20 de dezembro de 2018.

Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira
Creasp nº 0601882960
Coordenador da CAGE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE GEOLOGIA E ENGENHARIA DE MINAS

Reunião Ordinária nº	440
Decisão CAGE/SP nº	150/2018
Referência:	Processo nº F-117/2017 P1
Interessado(a):	EMPRESA DE MINERAÇÃO MANTOVANI LTDA.

EMENTA: REQUER REGISTRO

DECISÃO

A Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas reunida em São Paulo no dia 5 de novembro de 2018, apreciando o processo **F-117/2017 P1** da pessoa jurídica Empresa de Mineração Mantovani Ltda. encaminhado à Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas – CAGE (fls.22 a 23) para referendo do registro com a anotação do Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli como Responsável Técnico, procedida pela UOP-Serra Negra, *ad referendum*, compreendendo a documentação de fls.02 a 26, e considerando constar dos autos: - Que o referido profissional está anotado como Responsável Técnico pela empresa denominada *Empresa de Mineração Gomieri Ltda.*; - Que o Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli, com endereço residencial à Rua João Victor Atisani, nº 100 - Bairro Jd. Tamoio, Jundiaí, SP, portador das atribuições do artigo 6º da Lei 4.076, de 23/06/1962, presta serviços à empresa interessada às 3ª feiras das 08:00h às 17:00h e 4ª feiras das 08:00h às 12:00h, perfazendo 12 horas semanais, com remuneração de R\$ 5.724,00, prestando serviços também à empresa *Empresa de Mineração Gomieri Ltda.* às 5ª feiras das 12:00h às 18:00h e às 6ª feiras das 7:00h às 13:00 h, perfazendo 12 horas semanais, com remuneração de 6 salários mínimos; - Que a *Empresa de Mineração Mantovani Ltda.*, com endereço à Av. Benedito Severino, 560 – Bairro Jd. Itamaraty, Lindóia, SP, encontra-se registrada no Crea-SP sob nº 2081940, desde 12/01/2017, sem restrição de atividades, tendo por objeto social: a) *aproveitamento de jazidas minerais no País, inclusive atividade de mineração em geral e, em especial, o engarrafamento de águas minerais naturais, aromatizadas artificialmente, gaseificadas ou não*; b) *comércio de águas minerais naturais, aromatizadas artificialmente, gaseificadas ou não*; c) *a exploração de águas minerais naturais e de outros produtos que interessem à Sociedade*; d) *comércio de complemento e Suplemento alimentar*; e) *prestação de serviços para terceiros de engarrafamento de complemento e ou suplemento alimentar*; f) *importação de máquinas, ferramentas, matérias-primas afins, acessórios em geral, e produtos químicos afins*; g) *transformação de termo-plásticos em geral pelos processos de sopro, injeção, extrusão vacuum e termo formagem, para uso próprio ou para venda a terceiros, bem como prestação de serviços nestas áreas e na impressão de peças*; h) *exportação de produtos dos ramos explorados*; i) *comércio de cerveja e refrigerante*; j) *comércio de sucos naturais e ou artificiais*; k) *comércio de chás naturais e ou artificiais*; l) *comércio de produtos alimentícios em geral*; m) *comércio atacadista e ou varejista dos produtos dos ramos explorados* n) *fabricação de cerveja e refrigerante*; o) *fabricação de sucos naturais e ou artificiais*; p) *fabricação de chás naturais e ou artificiais*; q) *fabricação de produtos alimentícios em geral.*; - Formulário de Requerimento de indicação de novo Responsável Técnico (fls.02 a 03); - Contrato de Prestação de Serviços Técnicos com validade de quatro anos, a partir de 18/07/2018, celebrado com o Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli, na qualidade de contratado conforme cláusula primeira, item 1, para a prestação de serviços técnicos



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

profissionais de Geologia, para o exercício de cargo e função, dando assistência em aproveitamento econômico de jazidas minerais, em todo o território nacional, não incluindo, conforme a cláusula sexta, item 6.2., a prestação de serviços não previstos na cláusula primeira, tais como: levantamentos topográficos, laudos de avaliação, elaboração de projetos, requerimentos de pesquisa, relatórios de pesquisa, planos de lavra/aproveitamento econômico e estudos ambientais diversos. (fls.05 a 07); - Anotação de Responsabilidade Técnica - ART nº 28027230180861501 - de *Desempenho de Cargo e Função Técnica* (fls.08); - Declaração do Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli quanto as obras ou serviços em andamento e a serem executadas sob sua responsabilidade junto à empresa interessada *Empresa de Mineração Mantovani Ltda.*, compreendendo: 1) *Acompanhar processos junto ao DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral*; 2) *Supervisão, coordenação e orientação técnica, para cargo e função, dando assistência em aproveitamento econômico de jazidas minerais, em todo o território nacional.* (fls.11); - Decreto nº 63436 de 17/10/1968 - Autoriza a Empresa de Mineração Mantovani Ltda., a lavrar água mineral radioativa, no município de Lindóia, Estado de São Paulo (fls.13 a 14); - Portaria nº 892, de 28/06/1985 do Ministério de Minas e Energia, de outorga à Empresa de Mineração Mantovani Ltda., para lavrar água mineral em terrenos de sua propriedade no Jd. Itamaraty, Distrito e Município de Águas de Lindóia, SP (fls.15); - Informações de arquivo *Resumo de Profissional* (sem data), relativamente ao Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli (fls.19); - Informação da UOP-Serra Negra e Despacho da UGI-Mogi Guaçu (fls.22 a 23); - Informações de arquivo *Resumo de Empresa* (sem data), relativamente à *Empresa de Mineração Mantovani Ltda.* (fls."25"); - Informação da Analista de Serviços Administrativos do DAC3 / SUPCOL (fls.26); - Informações de arquivo relativamente às Responsabilidades Técnicas do Geol. Rodrigo Augusto Montagnoli (fls.27); - Informação da Assistência Técnica do DAC3/SUPCOL, na qual tece as seguintes considerações: - *Distam as cidades de Palmares Paulista, SP (endereço residencial do Geólogo, RT) e Lindóia, SP (endereço da interessada), por rodovias, 341 km;* - *Não ocorrência de superposição de dedicação do Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli à Empresa de Mineração Mantovani Ltda. interessada, e à Empresa de Mineração Gomieri Ltda.;* - *Enquadra-se o Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli na situação prevista no inciso II do Art. 1º da Instrução nº 2591/2018 do Crea-SP, ou seja, se o profissional não for sócio de nenhuma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido com prazo de revisão de 02 (dois) anos;* - *Consideramos que do objeto social da interessada, constam atividades no âmbito de fiscalização da CAGE (itens "a" e "c"), bem como no âmbito de fiscalização da CEEMM (item "g") e CEEQ (itens "e", "n", "p" e "q"), a critério destas;* - *Prosseguimento do processo encaminhado à CAGE, para apreciação quanto à anotação efetuada pela UOP-Serra Negra, ad referendum, da CAGE, do Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli como Responsável Técnico da interessada Empresa de Mineração Mantovani Ltda., configurando uma segunda responsabilidade técnica assumida por pessoa jurídica.;* - O histórico acima relatado; - O que dispõe a Lei Federal nº 5.194/1966, a qual Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, em seus artigos 7º, 8º, 45, 46 - alínea "d"; 59 - § 1º e 3º, conforme segue: Art. 7º- As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: a) *desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;* b) *planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;* c) *estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;* d) *ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;* e) *fiscalização de obras e serviços técnicos;* f) *direção de obras e serviços técnicos;* g) *execução de obras e serviços técnicos;* h) *produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.* Parágrafo único - Os engenheiros, arquitetos e



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões.; Art. 8º- As atividades e atribuições enunciadas nas alíneas "a", "b", "c", "d", "e" e "f" do artigo anterior são da competência de pessoas físicas, para tanto legalmente habilitadas. Parágrafo único - As pessoas jurídicas e organizações estatais só poderão exercer as atividades discriminadas no Art. 7º, com exceção das contidas na alínea "a", com a participação efetiva e autoria declarada de profissional legalmente habilitado e registrado pelo Conselho Regional, assegurados os direitos que esta Lei lhe confere.; Art. 45 - As Câmaras Especializadas são os órgãos dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre os assuntos de fiscalização pertinentes às respectivas especializações profissionais e infrações do Código de Ética.; Art. 46 - São atribuições das Câmaras Especializadas: (...) d) apreciar e julgar os pedidos de registro de profissionais, das firmas, das entidades de direito público, das entidades de classe e das escolas ou faculdades na Região; Art. 59 - As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico. § 1º O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes. (...) § 3º O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o seu registro.; O que estabelece a Lei Federal nº 6.839/1980, a qual Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, em seu artigo 1º, conforme segue: Art. 1º- O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.; - O que dispõe a Lei Federal nº 4.076/62, a qual Regula o exercício da profissão de Geólogo, em seus artigos 4º e 6º, conforme segue: Art. 4º - A fiscalização do exercício da profissão de Geólogo será exercida pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura e pelos Conselhos Regionais.; Art. 6º - São da competência do geólogo ou engenheiro geólogo: a) trabalhos topográficos e geodésicos; b) levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos; c) estudos relativos às ciências da terra; d) trabalhos de prospecção e pesquisa para cubação de jazidas e determinação de seu valor econômico; e) ensino das ciências geológicas nos estabelecimentos de ensino secundário e superior; f) assuntos legais relacionados com suas especialidades; g) perícias e arbitramentos referentes às matérias das alíneas anteriores. Parágrafo único - É também da competência do geólogo ou engenheiro-geólogo o disposto no item IX, artigo 16, do Decreto-Lei nº 1.985, de 29 JAN 1940 (Código de Minas)"; - O que estabelece a Resolução nº 336/1989 do Confea, a qual Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em seus artigos 1º, 8º, 9º, 13 e 18, conforme segue: Art. 1º - A pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia enquadra-se, para efeito de registro, em uma das seguintes classes: CLASSE A - De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia; CLASSE B - De produção técnica especializada, industrial ou agropecuária, cuja atividade básica ou preponderante necessite do conhecimento técnico inerente aos profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia; CLASSE C - De qualquer outra atividade que mantenha seção, que preste ou execute para si ou para terceiros serviços, obras ou desenvolva



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

atividades ligadas às áreas de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Geografia ou Meteorologia. § 3º - A baixa de responsabilidade técnica requerida pelo profissional só pode ser deferida na ausência de quaisquer obrigações pendentes em seu nome, relativas ao pedido, junto ao Conselho Regional. § 1º - As empresas públicas e sociedades de economia mista serão enquadradas, para o registro, nas classes estabelecidas neste artigo, conforme a atividade desenvolvida. § 2º - Uma pessoa jurídica pode ser enquadrada simultaneamente em mais de uma das classes relacionadas neste artigo. § 3º - As pessoas jurídicas enquadradas na classe "C" deverão proceder ao registro da seção técnica mantida na mesma.; Art. 8º - O requerimento de registro deve ser instruído com os seguintes elementos: I - Instrumento de constituição da pessoa jurídica, devidamente arquivado, registrado em órgão competente, bem como suas modificações subseqüentes até a data da solicitação do Registro no CREA. II - Indicação do ou dos responsáveis técnicos pelas diversas atividades profissionais, bem como dos demais profissionais integrantes do quadro técnico da pessoa jurídica. III - Prova do vínculo dos profissionais referidos no item anterior com a pessoa jurídica, através de documentação hábil, quando não fizerem parte do contrato social. IV - Comprovante de solicitação da ART de cargos e funções de todos os profissionais do quadro técnico da pessoa jurídica.; Art. 9º - Só será concedido registro à pessoa jurídica cuja denominação for condizente com suas finalidades e quando seu ou seus responsáveis técnicos tiverem atribuições coerentes com os objetivos sociais da mesma.; Art. 13 - Só será concedido registro à pessoa jurídica na plenitude de seus objetivos sociais de sua ou dos objetivos de suas seções técnicas, se os profissionais do seu quadro técnico cobrirem todas as atividades a serem exercitadas. Parágrafo único - O registro será concedido com restrições das atividades não cobertas pelas atribuições dos profissionais, até que a pessoa jurídica altere seus objetivos ou contrate outros profissionais com atribuições capazes de suprir aqueles objetivos.; Art. 18 - Um profissional pode ser responsável técnico por uma única pessoa jurídica, além da sua firma individual, quando estas forem enquadradas por seu objetivo social no artigo 59 da Lei nº 5.194/66 e caracterizadas nas classes A, B e C do artigo 1º desta Resolução. Parágrafo único - Em casos excepcionais, desde que haja compatibilização de tempo e área de atuação, poderá ser permitido ao profissional, a critério do Plenário do Conselho Regional, ser o responsável técnico por até 03 (três) pessoas jurídicas, além da sua firma individual.; - O que estabelece a Resolução nº 417/1998 do Confea, a qual Dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos Artigos 59 e 60 da Lei nº 5.194/66, em seus artigos 1º e 2º, conforme segue: Art. 1º - Para efeito de registro nos Conselhos Regionais, consideram-se enquadradas nos Artigos 59 e 60 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, as empresas industriais a seguir relacionadas: 00.02 - Indústria de extração de minerais não-metálicos. 00.01 - Indústria de extração de minerais metálicos. 00.02 - Indústria de extração de minerais não-metálicos. (...) 23.02 - Indústria de fabricação de artefatos de material plástico. (...) 26.09 - Indústria de fabricação de produtos alimentares diversos. (...) 27.04 - Indústria de fabricação e engarrafamento de bebidas não alcoólicas.; Art. 2º - É obrigatório o registro, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, das empresas e suas filiais cujas atividades correspondam aos itens relacionados nesta Resolução.; - O objeto social da interessada, cujas atividades descritas nos itens "a e "c" estão afetas ao âmbito da fiscalização da CAGE, conforme segue: a) aproveitamento de jazidas minerais no País, inclusive atividade de mineração em geral e, em especial, o engarrafamento de águas minerais naturais, aromatizadas artificialmente, gaseificadas ou não; c) a exploração de águas minerais naturais e de outros produtos que interessem à Sociedade; - As atribuições profissionais do Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli, do artigo 6º da Lei 4.076/1962; - O que estabelece a Decisão Normativa nº 059/1997 do Confea, a qual Dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas que atuam nas atividades de planejamento, pesquisa, locação, perfuração, limpeza e manutenção de poços tubulares para captação de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

água subterrânea e dá outras providências, em seus itens 1 e 2, conforme segue: 1 - A pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços de planejamento, pesquisa, locação, perfuração, limpeza e manutenção de poços tubulares para captação de água subterrânea deverá proceder o devido registro nos CREAs.

*2 - A pessoa jurídica enquadrada no item 1 deverá indicar como responsável técnico um profissional Geólogo ou Engenheiro de Minas.; O que estabelece Resolução nº 417/1998 do Confea, a qual Dispõe sobre as empresas industriais enquadráveis nos Artigos 59 e 60 da Lei nº 5.194/66, em seus artigos 1º e 2º, conforme segue: Art. 1º - Para efeito de registro nos Conselhos Regionais, consideram-se enquadradas nos Artigos 59 e 60 da Lei nº 5.194, de 24 DEZ 1966, as empresas industriais a seguir relacionadas: 00.02 - Indústria de extração de minerais não-metálicos. (...) 26.09 - Indústria de fabricação de produtos alimentares diversos. (...) 27.02 - Indústria de fabricação e engarrafamento de aguardentes, licores e de outras bebidas alcoólicas. (...) 27.04 - Indústria de fabricação e engarrafamento de bebidas não alcoólicas.; Art. 2º - É obrigatório o registro, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, das empresas e suas filiais cujas atividades correspondam aos itens relacionados nesta Resolução.; O que estabelece a Instrução nº 2.591/2018 do Crea-SP, a qual Dispõe a respeito da permissão da excepcionalidade autorizada pelo parágrafo único do artigo 18 da Resolução nº 336, de 27 de outubro de 1989, do CONFEA, em seus artigos 1º e seu inciso II, e 2º, conforme segue: Art.1º Os pedidos de anotação de profissionais como responsáveis técnicos por até três pessoas jurídicas, além de sua firma individual, serão deferidos por despacho do Gerente ou Chefe da Unidade de Gestão de Inspeção respectiva, com delegação para tal fim, "ad referendum" da Câmara Especializada correspondente e do Plenário, desde que haja compatibilização de tempo, área de atuação e tenham cumprido as exigências das Câmaras Especializadas através de suas decisões e da Resolução nº 336 de 1989 do Confea, devendo ser observadas as seguintes condições: (...) II - se o profissional não for sócio de nenhuma das empresas envolvidas, o pedido deverá ser deferido com prazo de revisão de 02 (dois) anos; Art. 2º Os processos de anotação de dupla e tripla responsabilidade técnica serão encaminhados em até 30 (trinta) dias às Câmaras Especializadas, e posteriormente ao Plenário, para referendo.; - O apontado pela Assistência Técnica do DAC3/SUPCOL, que do objeto social da interessada também constam atividades relacionadas pela Resolução nº 417/1998 do Confea, no âmbito de fiscalização da CEEMM (item "g") e da CEEQ (itens "e", "n", "p" e "q"), a critério destas especializadas; - Que a interessada encontra-se registrada ad referendum da CAGE sob a responsabilidade técnica do referido Geólogo, porém sem a aplicação de restrição de atividades, em face do constante do objeto social; **DECIDIU:** Aprovar o parecer do Conselheiro Ronaldo Malheiros Figueira, conforme segue: 1 - Pelo registro da interessada com a anotação do Geólogo Rodrigo Augusto Montagnoli como seu Responsável Técnico, restritamente no âmbito de suas atribuições profissionais do art. 6º da Lei 4.076/1962, com prazo de revisão de 02 (dois) anos, considerando o disposto no item II do art. 2º da Instrução nº 2591/2018 do Crea-SP, e com prazo de revisão de 04 (quatro) anos, em razão do período de validade do contrato de prestação de serviços técnicos profissionais às fls. 05 a 06 do processo; 2) Pela verificação junto à empresa interessada, por meio de serviço de fiscalização, com posterior retorno à CAGE, do exercício de atividades de mineração em geral, no Estado de São Paulo, constante de seu objeto social, salvo os de lavra, objeto do Decreto Presidencial nº 63436/1968 (fls.13 a 14) e da Portaria nº 892/1985 (fls.15); 3) Pela verificação junto à empresa interessada, por meio de serviço de fiscalização, quanto ao desenvolvimento de atividades constantes dos itens (item "g") e (itens "e", "n", "p" e "q"), submetendo-se o assunto à apreciação da(s) Câmara(s) Especializada(s) para decisão(ões) em seu(s) âmbito(s), no caso de confirmação do desenvolvimento das atividades; 4) Que o nome da interessada, *Empresa de Mineração Mantovani Ltda.*, seja*



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

incluído na pauta da reunião mista a ser criada dentro do Termo de Cooperação da Agência Nacional de Mineração / DNPM-SP e o Crea-SP. Coordenou a reunião o conselheiro Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira. Votaram favoravelmente os conselheiros Eng. Minas Alexandre Sayeg Freire, Geólogo Daniel Cardoso, Geólogo Edilson Pissato, Eng. Minas Ricardo Cabral de Azevedo, Geólogo Sebastião Gomes de Carvalho e o Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira.
Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 20 de dezembro de 2018.

Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira
Creasp nº 0601882960
Coordenador da CAGE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE GEOLOGIA E ENGENHARIA DE MINAS

Reunião Ordinária nº	440
Decisão CAGE/SP nº	151/2018
Referência:	Processo nº F-4007/2017
Interessado(a):	EXTRACTA SERVICES EIRELI - EPP

EMENTA: REQUER REGISTRO

DECISÃO

A Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas reunida em São Paulo no dia 5 de novembro de 2018, apreciando o processo F-4007/2017 da pessoa jurídica *Extracta Services Eireli - EPP*, encaminhado à Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas – CAGE para manifestação quanto à indicação do TÉCNICO EM MINERAÇÃO ALBERTO GEH ISTVAN, CREA/SP Nº 5069413141, como RESPONSÁVEL TÉCNICO, em 20/09/2017, conforme o formulário *Registro e Alteração de Empresa-RAE*, a qual solicitou a anotação do citado profissional como seu Responsável Técnico, sob protocolo nº 131481 (fls.02 e verso), com horário de trabalho de segunda à sexta-feira das 8:00 às 17:00 horas, com uma hora para intervalo de refeição, perfazendo, 40 (quarenta) horas semanais, com REMUNERAÇÃO de R\$ 1601,60 mensais, e considerando constar dos autos: - Fls. 03 a 06 - “CONSTITUIÇÃO POR TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM EIRELI-EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA”, em cuja CLÁUSULA 3ª verifica-se a ATIVIDADE PRINCIPAL de *OBRAS DE TERRAPLENAGEM, a destruição de rochas através de explosivos, os derrocamentos (desmonte de rochas, o conjunto de operações de escavação, transporte, depósito de compactação de terras, necessárias à realização de uma obra, a execução de escavações diversas para construção de obras viárias e de aeroportos, o aluguel, com operador, de máquinas e equipamentos destinados aos serviços de terraplenagem; e como atividades SECUNDÁRIAS: TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERGOSOS (CNAE nº 49.30-2-03) e seu objeto social é: transporte rodoviário de produtos considerados perigosos com base no tipo de risco que apresentam (segundo legislação específica), tais como: explosivos, gases, inflamáveis líquidos ou sólidos, substâncias oxidantes, tóxicas ou infectantes, matérias radioativas ou corrosivas e outras similares; COMÉRCIO ATACADISTA DE OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS E PETROQUÍMICOS (CNAEnº 46.84-2-99) e seu objeto social é: comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos, comércio atacadista de explosivos”.*; - Fls. 08 - COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL da empresa, sob o CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL, *43.13-4-00 Obras de terraplenagem.*; - Fls. 09 a 11 - Cópias do *Registro de Empregado* na empresa referente ao profissional; - Despacho do Chefe da UOP - Várzea Paulista, datado de 01/11/2017, encaminhando o processo para análise da CAGE; - As LEIS FEDERAIS Nº 5194/1966 e 6839/1980; - Os Artigos 3º, 4º e 5º do DECRETO FEDERAL 90922/1985; Os Artigos 1º, 8º, 9º, 13 e 18 da RESOLUÇÃO 336/1989 do CONFEA; - A RESOLUÇÃO 417/1998 do CONFEA; - As INSTRUÇÕES 2141/1991, 2203/1993 e 2234/1994 do CREA-SP; - Que a atribuição do profissional como Técnico de Mineração está definida pelo Decreto Federal 90.922 de 08/02/1985, circunscrita ao âmbito da modalidade cursada; - Que a formação de Técnico em Mineração, não apresenta, *a priori*, base curricular para que o profissional tenha a função de assumir só e integralmente essa responsabilidade técnica, uma vez tratar-se de



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

atividade não mencionada na Lei 5.524/68 que *regulamenta as atribuições profissionais do técnico de mineração*, tampouco no Decreto nº 90.922/85 que regulou esta Lei; **DECIDIU:** Aprovar o parecer do relator, conselheiro Ricardo Cabral de Azevedo, pela aprovação do pedido de anotação do Técnico em Mineração Alberto Geh Istvan como Responsável Técnico pela interessada, para desenvolver atividades do objetivo social exclusivamente como Técnico em Mineração, notificando-se a interessada a proceder à indicação de profissional legalmente habilitado para se responsabilizar pelas demais atividades relacionadas à Engenharia de Minas. Coordenou a reunião o conselheiro Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira. Votaram favoravelmente os conselheiros Engenheiro de Minas Alexandre Sayeg Freire, Geólogo Daniel Cardoso, Geólogo Edilson Pissato, Engenheiro de Minas Ricardo Cabral de Azevedo, Geólogo Sebastião Gomes de Carvalho e o Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 20 de dezembro de 2018.

Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira
Creasp nº 0601882960
Coordenador da CAGE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE GEOLOGIA E ENGENHARIA DE MINAS

Reunião Ordinária nº	440
Decisão CAGE/SP nº	152/2018
Referência:	Processo nº PR-301/2017
Interessado(a):	ANTENOR HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUZA

EMENTA: **REVISÃO DE ATRIBUIÇÕES**

DECISÃO

A Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas reunida em São Paulo no dia 5 de novembro de 2018, apreciando o processo **PR-301/2017** do profissional interessado, *Antenor Henrique Oliveira de Souza*, registrado no Crea-SP nº 5063483977 como Engenheiro de Produção, com atribuições do artigo 1º da Resolução nº 235/1975 do Confea, o qual requer a revisão de suas atribuições para exercer atividades de inspeção em vasos de pressão, com a emissão de laudos, e tornar-se profissional habilitado conforme o item 13.1.2 da NR 13, e considerando: - Que o processo foi encaminhado à CAGE pela CEEMM, para manifestação quanto às atribuições concedidas pelo curso de especialização (*lato-sensu*) em *Engenharia de Petróleo e Gás*; - A informação completa do processo elaborado pelo Agente Administrativo da UGI de Santo André (fls.10); - A Lei 5.194/66; - As Resoluções nº(s) 218/73, 235/75 e 1073/16 do Confea; - As Decisões Normativas do Confea nº(s) 29/98 e 45/92; - O item "13.1.2" da Norma Regulamentadora 13 da ABNT; - A Decisão CEEMM/SP nº 1357/2017; - As demais informações constantes no processo; Considerando que no entendimento do relator, a referida especialização não é o objeto da solicitação do interessado, nem conferiria ao mesmo as atribuições pretendidas; **DECIDIU:** Aprovar o parecer do relator, conselheiro Ricardo Cabral de Azevedo, o qual exarou voto CONTRÁRIO à revisão de atribuição solicitada pelo profissional, por considerar que os elementos apresentados não atendem às condições de SUPLEMENTAÇÃO CURRICULAR, com a observação de que o profissional poderá requerer no CREA de origem a extensão de atribuição profissional com base na Resolução nº 1073 de 2016 do Confea. Coordenou a reunião o conselheiro Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira. Votaram favoravelmente os conselheiros Engenheiro de Minas Alexandre Sayeg Freire, Geólogo Daniel Cardoso, Geólogo Edilson Pissato, Engenheiro de Minas Ricardo Cabral de Azevedo, Geólogo Sebastião Gomes de Carvalho e o Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, 20 de dezembro de 2018.

Geólogo Ronaldo Malheiros Figueira
Creasp nº 0601882960
Coordenador da CAGE